



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Data, hora e local: 03 de março de 2016, às 9h53m, na Rua São Bento, 405, Auditório  
2 do 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1. Informes:  
3 GEOSAMPA: Inclusão de novas camadas; Lei que regulamenta o consórcio imobiliário;  
4 Posse dos membros do CMPU na CMPT e FUNDURB e de seus indicados na CTLU e  
5 CPPU; Pré-Conferências Regionais que irão preceder a 7ª Conferência Municipal da  
6 Cidade de São Paulo; 2. Zoneamento: votação da Lei de Uso e Ocupação do Solo; 3.  
7 DataSub; 4. Plenária. **CONSELHEIROS PRESENTES DO CMPU:** Fernando de Mello  
8 Franco (Presidente); Nuria Pardillos Vieira, Tomas Cortez Wissembach, Daniel  
9 Todtmann Montandon e Camila Nastari Fernandes da SECRETARIA MUNICIPAL DE  
10 DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU; Ivy Mayumi de Moraes da SECRETARIA  
11 MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG; Diogo de Tullio Vasconcelos da SECRETARIA  
12 MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF; Mario Fernando  
13 Petrilli do Nascimento da SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS  
14 SUBPREFEITURAS – SMSP; Marília Jahnel de Oliveira da SECRETARIA MUNICIPAL DE  
15 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC; Ivete Pontes Oddone da SECRETARIA  
16 MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT; Sônia Teico Yamada da SECRETARIA  
17 MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB; Hélia Maria Santa Bárbara  
18 Pereira da SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA; Cilene  
19 Silva Fernandes da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES; Julio Henrique  
20 Canuto da Silva da SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E  
21 EMPREENDEDORISMO – SDTE; Patricia Saran e Gustavo Partezani Rodrigues da SÃO  
22 PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO; Wagner Germano da COMPANHIA  
23 METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB; Carlos Eduardo Silva  
24 Diethelm da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO NORTE 2); Renata Carvalho Naves e  
25 Viviane Rodrigues De Palma da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO LESTE 1); Carlos  
26 Henrique Nunes Cabral da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO SUL 2); Irani Aparecida  
27 Pereira Dias do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO NORTE 1);  
28 Mauro Sérgio Procópio Calliari do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL  
29 (MACRORREGIÃO OESTE); Artur Monteiro Roçado do CONSELHO PARTICIPATIVO  
30 MUNICIPAL (MACRORREGIÃO CENTRO); Angela Maria Calábria e Georgina Helena de  
31 Freitas do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO LESTE 1);  
32 Leonardo Medeiros e Silva do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL  
33 (MACRORREGIÃO LESTE 2); Hélio Higuchi do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL  
34 (MACRORREGIÃO SUL 1); Deise Luci Bonome do CONSELHO PARTICIPATIVO  
35 MUNICIPAL (MACRORREGIÃO SUL 2); Anderson Stancov Fonseca dos MOVIMENTOS  
36 DE MORADIA; Paulo Gustavo da Vinha Carmo Bizzo, Aparecida Regina Lopes Monteiro  
37 e Cibele Martins Sampaio das ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS; Ricardo Yazbek, Roberto de  
38 Castro Mello, Adriana Blay Levisky, Andy Alexandre Gruber e Christian de Moraes  
39 Machado Suppo Bojlesen do SETOR EMPRESARIAL; Paulo Machado Lisbôa Filho das  
40 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS; Jacobina Albu Vaisman e Renata  
41 Semin das ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO  
42 URBANO-AMBIENTAL; Guilherme Gambier Ortenblad dos MOVIMENTOS  
43 AMBIENTALISTAS; Irene da Conceição De Brito das ENTIDADES RELIGIOSAS; José



Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

44 Raimundo do Sacramento do CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E  
45 ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP; Benedito Roberto Barbosa do CONSELHO  
46 MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH; João Octaviano Machado Neto da SECRETARIA  
47 ESTADUAL DA HABITAÇÃO; Luiz Fernando de Mattos Chaves da SECRETARIA  
48 ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS; Sandra Teixeira Malvese do  
49 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO  
50 METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC. **DEMAIS PRESENTES:** Dirceu Yanazaki  
51 - SSRH/GOV.SP; Eduardo Della Manna – SECOVI-SP; Manoel Lage e Robin Hlavnicka –  
52 SABROVE; Laura Dourado – Secretária de Habitação; Adriana Vieira - SP – JÁ; Joyce  
53 Reis Ferreira da Silva – SP-URBANISMO; Amanda Paulista, Fabiana Luz, Felipe  
54 Garofalo, Fernando Bruno; Marcella Martins, Rafael Mielnik, Rosana Yamaguti e Tereza  
55 Beatriz Ribeiro Herling – SMDU. Ordem do dia: **01)** O Secretário Executivo do CMPU,  
56 Guilherme Pedroso Nascimento Nafalski, iniciou a reunião às 9h53m e franqueou a  
57 palavra ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, Presidente do CMPU, Fernando  
58 Mello Franco, para considerações iniciais e cumprimentos aos Conselheiros e  
59 Conselheiras. **02)** Após considerações, foi dada posse aos novos membros do CMPU  
60 representantes da Secretaria Municipal de Gestão – SGM (titular/suplente), da  
61 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB (titular/suplente),  
62 constantes da Portaria 38/2016, e da Secretaria Estadual dos Transportes  
63 Metropolitanos (titular), constante da Portaria 53/2016. **03)** O Secretário Executivo do  
64 CMPU, de ordem do Sr. Presidente, apresentou a pauta proposta para a reunião, com a  
65 qual o Plenário concordou. **04)** Com a definição da pauta, franqueou a palavra para  
66 Tomas Wissenbach, Diretor do Departamento de Produção e Análise de Informação  
67 (DEINFO), que discorreu sobre a inclusão de novas camadas no GEOSAMPA, com os  
68 dados cadastrais disponíveis do IPTU e da atualização da rede hidrográfica com a  
69 inclusão dos rios subterrâneos e das bacias. O Conselheiro Roberto de Castro Mello do  
70 SETOR EMPRESARIAL questionou acerca do prazo para que o novo zoneamento conste  
71 do GEOSAMPA. O Secretário de Desenvolvimento Urbano, Presidente do CMPU,  
72 Fernando Mello Franco, pediu que a questão aguardasse a explanação do Diretor do  
73 Departamento de Uso do Solo (DEUSO), Daniel Todtmann Montandon. **05)** Para o  
74 segundo informe a palavra foi franqueada ao Fernando Guilherme Bruno Filho, Diretor  
75 do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade (DCFSP), que discorreu  
76 sobre a lei 16.377/2016 que regulamenta o consórcio imobiliário, fazendo um breve  
77 histórico desde sua apresentação em novembro, destacando que na época estava em  
78 curso um procedimento para tornar operacional na Cidade de São Paulo a celebração  
79 de consórcio imobiliário e que havia um impasse entre o executivo, que entendia que  
80 bastaria um decreto, e o legislativo que entendia que havia necessidade de lei.  
81 Ressaltou que existia um projeto em tramitação e que o executivo e o legislativo  
82 estavam dialogando e se entendendo quanto a alguns elementos essenciais para  
83 viabilizar e concretizar o instrumento. Após ser pactuado com o legislativo um texto  
84 entre os dois poderes, o projeto foi aprovado pela Câmara no final de dezembro e  
85 sancionado em 1º de fevereiro. Enfatizou que com decreto regulamentado tem-se a  
86 intenção de tornar realmente operacional ainda no ano de 2016. Fazendo um





PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

87 comparativo onde destaca que o instrumento é muito semelhante ao que a iniciativa  
88 privada utiliza como contrato de permuta cita como exemplo que um imóvel ocioso e  
89 ofertado pelo proprietário à prefeitura que faz a urbanização, parcela ou edifica, e ao  
90 final do processo o proprietário é remunerado pelo valor do terreno em unidades  
91 imobiliárias. Destacou ainda três elementos, que o valor de terreno é calculado pelo  
92 valor de referência, que o consórcio é para habitação de interesse social pelo menos  
93 na parte que cabe à prefeitura, e que o consórcio foi consolidado como um programa  
94 permanente. Por fim, ressaltou que o primeiro chamamento ocorrerá ainda neste  
95 primeiro semestre. **06)** O Secretário Executivo do CMPU, Guilherme Pedroso  
96 Nascimento Nafalski, respondendo pela Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados –  
97 SEOC, fez o informe onde relatou sobre a posse dos membros do CMPU na CMPT e  
98 FUNDURB e de seus indicados na CTLU e CPPU, e **07)** passou a palavra à Conselheira  
99 titular da SMDU, Núria Pardillos Vieira, responsável pela Assessoria de Participação  
100 Popular e Comunicação, para discorrer sobre as Pré-Conferências Regionais que irão  
101 preceder a 7ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo. A Conselheira iniciou  
102 fazendo destaques importantes e ressaltando que será feita uma conferência bastante  
103 densa, cujo tema é a função social da propriedade e da cidade, portanto um tema que  
104 interessa fundamentalmente para discutir com a sociedade como se melhora a nossa  
105 cidade. Antes da nossa conferência que ocorrerá dia 1, 2 e 3 de julho, será feito as  
106 pré-Conferências Regionais, garantindo com isso a discussão no território, facilitando a  
107 participação do morador nesta discussão da cidade e facilitando também a composição  
108 da delegação que de fato fará parte da conferência municipal de todos os segmentos  
109 que compõem as conferências municipais da cidade. Ressaltou que em função da  
110 enorme dificuldade para encontrar espaços adequados para serem feitas às  
111 conferências, teve-se que fazer algumas alterações de calendário, começando de fato  
112 no dia 12 com as conferências de Butantã e M'Boi Mirim, são as duas primeiras e o  
113 material de subsídio de todas as conferências subirá ao site de gestão urbana, para as  
114 pessoas terem acesso online, mas também se terá o material impresso no dia,  
115 destacando que alguns conselheiros já receberam na entrada o calendário das  
116 conferências regionais e também o anexo do regulamento da conferência que  
117 estabelece a quantidade de delegados que serão eleitos regionalmente para participar  
118 da conferência municipal. A Conselheira Núria Pardillos Vieira aproveitou a  
119 oportunidade para dar a ciência e fazer um apelo ao Conselho Municipal de Política  
120 Urbana – CMPU em relação às vagas que permanecem em aberto para os segmentos  
121 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e de Trabalhadores, por suas  
122 entidades sindicais na Comissão Preparatória Municipal da VII Conferência Municipal da  
123 Cidade de São Paulo, uma vez que os dois segmentos compõem o CMPU. Informou,  
124 ainda, que estão fazendo este apelo a vários outros conselhos que tem esses  
125 segmentos representados para que se possa reforçar a comissão preparatória, esta por  
126 sua vez está preparada para dar apoio para as conferências regionais e  
127 fundamentalmente para ajudar e organizar a conferência municipal de 1, 2 e 3 de  
128 julho. Ressaltou ainda que a conferência estadual foi convocada pela sociedade e que  
129 a conferência municipal depende de algumas indicações que saíram dessa comissão





PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CPMU  
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

130 preparatória estadual. Durante esta apresentação o Conselheiro Mauro Sérgio Procópio  
131 Calliari do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO OESTE)  
132 perguntou sobre a serventia da conferência e o Conselheiro Anderson Stancov Fonseca  
133 dos MOVIMENTOS DE MORADIA levantou questões referentes aos delegados e ao  
134 próprio calendário das Conferências Regionais. Respondendo às questões, a  
135 Conselheira titular da SMDU, Núria Pardillos Vieira, esclareceu como funciona as  
136 conferências, a questão da eleição dos delegados por segmento que irão compor a  
137 conferência municipal e as regionais, e sobre o calendário, onde a agenda pula o fim  
138 de semana onde ocorrerá a eleição do CMH. Reiterou, ainda, que o Conselho  
139 Participativo Municipal é territorial, representa um espaço de participação com função  
140 específica no território e a Conferência da Cidade, cuja participação é definida  
141 nacionalmente pelo ConCidades, é um espaço de participação de representantes de  
142 coletivos, representados por segmento (trabalhadores, empresários, ONGs,  
143 movimentos populares, universidades e categorias profissionais, e poder público), de  
144 modo que uma alteração nessa composição pode ser objeto de proposta da cidade de  
145 São Paulo, a ser levada nas conferências estadual e nacional. Ressaltou ainda que a  
146 quantidade de vagas estão no anexo ao material entregue aos conselheiros no início  
147 da reunião. **08)** Esclarecidas às dúvidas se passou para a apresentação do ponto de  
148 pauta relativo ao zoneamento e à votação da Lei de Uso e Ocupação do Solo pelo  
149 Diretor do Departamento de Uso do Solo (DEUSO), Daniel Todtmann Montandon, o  
150 qual apresentou as principais mudanças entre o PL encaminhado e o texto aprovado  
151 pela Câmara Municipal. Iniciou fazendo um breve histórico do processo da revisão do  
152 zoneamento, passando a pontuar algumas questões, como as medidas de adequação  
153 de zonas, as medidas de proteção dos bairros de baixa densidade, o controle de  
154 gabarito de 28m condicionado a alta declividade e largura da via, o controle de  
155 gabarito de 28m ao redor de vilas em ZEU, as medidas de controle zona corredor, as  
156 medidas de adequação de usos em ZER e ZCOR, as medidas de aprimoramento do  
157 regramento da ocupação do SAPAVEL, as medidas de aprimoramento do regramento  
158 do parcelamento do solo, as medidas de ajuste dos parâmetros de ocupação, as  
159 medidas de aprimoramento da classificação de usos, as medidas de ocupação  
160 incentivada e de usos incentivados, a gestão do patrimônio cultural, os dispositivos  
161 transitórios e finalizou com o balanço geral da alteração de zonas. **09)** Finalizada a  
162 apresentação, o Secretário Executivo abriu o primeiro ciclo de debates, passando a  
163 palavra ao plenário, reforçando que o tempo seria de três minutos e que todos que  
164 fossem falar se identificassem no microfone para registro. **10)** A Conselheira Ângela  
165 Maria Calábria do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO LESTE 1)  
166 inicia o ciclo dizendo que teve dúvida no tombamento no prazo de dois anos,  
167 ressaltando que o tombamento depende da prefeitura e esta demora para fazer  
168 estudos de imóveis que se pretende tomar, e de que o proprietário geralmente quer  
169 ganhar e não tem nenhum incentivo de IPTU, não tem nada para que ele tombe o  
170 imóvel dele, adverte que estes dois anos são muito pouco e que existem casos que  
171 estão se arrastando e ninguém resolve, então aquele imóvel poderá ser demolido.  
172 Abordou também a venda de potencial construtivo onde questionou se vai ser



Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

173 registrado no cartório de imóveis, na matrícula e também no IPTU, para que não possa  
174 futuramente cair no esquecimento e se construir e tudo volta a ser como antes.  
175 Sugeriu, ainda, sobre a questão dos incentivos para igrejas e escolas, que um projeto  
176 aprovado especificamente para esses usos com incentivos, sejam amarrados, exemplo,  
177 dez anos de uso não podem mudar o uso, e se mudar o uso que tenha a outorga  
178 onerosa devida, se couber outorga onerosa, ou que esse uso seja represado por um  
179 prazo determinado. **11)** O Conselheiro José Raimundo do Sacramento do CONSELHO  
180 MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP, fez um  
181 questionamento no seguinte sentido: que após a aprovação pela Câmara, especialistas  
182 já dizem que o fato de ter mudado o número de garagens nas construções beirando os  
183 corredores e o transporte público de massa sobre trilhos que isso vai inviabilizar a  
184 construção de moradias populares, porque a partir do momento que as construtoras  
185 estão liberadas para fazerem três ou quatro garagens por apartamento, portanto vai  
186 elitizar, portanto questionou se esse raciocínio dos especialistas estão corretos, se a  
187 mudança que houve do projeto original vai prejudicar neste sentido. Outro  
188 questionamento é de que dentro do Plano Diretor Estratégico existem as vias  
189 estratégicas N1, e às vezes na mesma avenida num trecho ela é número 1 e em outro  
190 ela é número 2. O Conselheiro solicita esclarecimentos acerca de qual é o critério para  
191 classificar se a via é estrutural número 1, número 2 ou número 3, e por que algumas  
192 vias se dividem, num trecho é estrutural 1 e em outro é estrutural 2 ou 3. Questionou,  
193 ainda, com relação aos lotes de 500m<sup>2</sup>, 2000m<sup>2</sup>, 3000m<sup>2</sup> da periferia, que os  
194 proprietários já estão se movimentando para dividi-los, isso não fará que eles deixem  
195 de cumprir a lei, porque se ele permanecer com aquele imóvel sem fazer a divisão  
196 obviamente vai cair na lei que ele tem um prazo para poder edificar ou vender, se ele  
197 dividir, exemplo, e passar para o nome de parente, vai continuar com aquele lote  
198 fazendo especulação, pois embora esteja em nome de duas ou três pessoas, porém ele  
199 não está na obrigatoriedade de construir, porque o plano diz que acima de tantos  
200 metros que ele tem que construir. E por fim fez um questionamento na lei de  
201 zoneamento sobre a Operação Urbana Água Espreada em que do lado direito da  
202 Avenida Roberto Marinho entre a Avenida Vereador José Diniz e a Avenida Washington  
203 Luis não tem prédio é só residência, no máximo sobrado e dentro da proposta parece  
204 que haveria ampliação da Operação Urbana para que daquele lado e neste trecho  
205 também houvesse construção de prédios. **12)** O Conselheiro Paulo Machado Lisboa  
206 Filho (CBCS) representante das ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS,  
207 inicialmente solicita esclarecimentos acerca da disponibilização do material, se já existe  
208 um texto disponibilizado, todo acertado e se o texto esta na gestão urbana, no site da  
209 Câmara Municipal ou onde esta localizado, e se neste texto já foi incorporada todas as  
210 contribuições dos vereadores. Como dúvida, questionou, por exemplo, que o ZPR  
211 passaria o gabarito de 10 para 15 metros que tinha sido uma contribuição do Police  
212 Neto, não sei se isso aconteceu ou em que condições isso aconteceu. Com relação aos  
213 mapas, questionou quando estarão disponibilizados para consulta no site da gestão  
214 urbana. Com relação a questão da quota ambiental o Conselheiro fez um  
215 agradecimento público ao Daniel Todtmann Montandon e à SMDU, pelo acolhimento da





PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

216 discussão do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – CBCS e a interlocução  
217 que ocorreu em três, quatro meses desde o início do PL a respeito da quota ambiental,  
218 onde se teve um avanço em vários aspectos, surgiu então um artigo em que coloca a  
219 redução da quota ambiental para os próximos dez anos no sentido de fazer esta  
220 transição, então questiona se esta redução esta incorporando possibilidades de agregar  
221 novas tecnologias ou é redução dos valores estabelecidos no quadro em si. **13)**  
222 Conselheiro Anderson Stancov Fonseca dos MOVIMENTOS DE MORADIA, fez um  
223 questionamento quanto a área ao lado da favela de Vila Prudente, que em um primeiro  
224 momento foi colocada como ZEIS e se teve uma alteração. Solicita esclarecimento em  
225 que momento isso ocorreu e se vai ser disponibilizada a apresentação. **14)** A  
226 Conselheira Adriana Blay Levisky (ASBEA) do SETOR EMPRESARIAL iniciou  
227 parabenizando o processo de interlocução, onde se teve a oportunidade de poder  
228 expor e trocar uma serie de opiniões, e ao seu ver foi bastante ativo, saudável e  
229 positivo. Abordou que a lei é muito complexa e resta uma série de pontos passíveis de  
230 regulamentação, então sua primeira colocação é se do inicio do processo de  
231 regulamentação da lei se temos uma perspectiva de iniciar imediatamente para que se  
232 possa contribuir do ponto de vista projetual, dos pontos específicos de aplicação de  
233 uma série de decretos, se tenha a oportunidade de retomar esta contribuição, este  
234 diálogo para se dar início aos decretos. Em seguida colocou algumas preocupações, com  
235 relação a alguns tópicos específicos, conceituais do zoneamento, uma com relação a  
236 um tema, que do ponto de vista urbanístico parece extremamente louvável, que é o  
237 alargamento do passeio público, mas que por outro lado, em uma cidade consolidada,  
238 construída, vai se deparar certamente com uma dificuldade bastante grande de  
239 viabilizar em uma série de casos esse alargamento, principalmente nas Zonas Mistas e  
240 ZEIS. O outro ponto referiu-se ao instrumento de transferência de potencial, que a  
241 seu ver parecia muito interessante quando o PDE estabeleceu um estímulo específico  
242 ao imóvel tombado, como uma oportunidade de se criar uma cultura de fato de  
243 preservação desse bem tombado, na medida em que se retorna a vinculação entre o  
244 bem tombado e a oportunidade ou não de crescer área construtiva no lote, que já vai  
245 ter a sua contribuição regrada pela outorga onerosa, se não seria um contrassenso ou  
246 até uma redução do alcance do próprio instrumento na medida em que o desconto da  
247 área adicional deve ser descontado da área passível de transferência. E por fim  
248 abordou a questão referente à revogação das leis de teatro, onde destaca que parece  
249 que hoje se vive um problema muito maior no quesito fiscalização do que de fato de  
250 estimular ou não atividades de teatro. Encerra sua explanação enfatizando ser uma  
251 pena revogar essas leis. **15)** A Conselheira Cibele Martins Sampaio (CIRANDA) das  
252 ASSOCIAÇÕES DE BAIROS, questionou o Diretor do Departamento de Uso do Solo  
253 (DEUSO) quanto as emendas de ZCOR que foram incorporadas ao PL 272 dentro de  
254 ZER para atender o lote de um único proprietário, se podem ser revistas antes de ser  
255 sancionado o PL. **16)** O Secretário Executivo encerra a primeira rodada de  
256 questionamentos passa a palavra ao Diretor do Departamento de Uso do Solo  
257 (DEUSO), Daniel Todtmann Montandon, que aproveita a oportunidade para registrar  
258 seus agradecimentos a equipe da SMDU, que em todo processo teve uma dedicação





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

259 impressionante, um comprometimento enorme que garantiu a qualidade em todas as  
260 etapas e inclusive no acompanhamento do legislativo. Em seguida esclareceu ponto a  
261 ponto as questões suscitadas. Iniciou com as questões trazidas pela Conselheira  
262 Ângela Maria Calábria, primeiramente sobre o tombamento no prazo de dois anos,  
263 onde esclareceu que se vai requerer uma mudança da prática da prefeitura,  
264 exemplificando, não deixar por nove anos imóveis indicados pelo tombamento, com  
265 ônus do tombamento, e não podendo se pedir uma transferência de potencial  
266 construtivo. Ressaltou que foi uma preocupação que surgiu na Câmara, não sabendo  
267 precisar se esses dois anos são razoáveis e que o DPH e o CONPRESP vão ter uma  
268 gestão para enfrentar esse passivo. Com relação ao registro da matrícula, ressaltou  
269 que é fundamental registrar na matrícula a declaração e a certidão, porque é a única  
270 forma de proteger terceiros e proprietários num processo de venda e negociação  
271 dessas áreas sob a incidência de um benefício, e de que o decreto que esta sendo  
272 trabalhado para regulamentar o instrumento pressupõe esta questão, facilitando uma  
273 gestão interna da prefeitura. Quanto ao incentivo para locais de culto e escolas,  
274 estendendo para hospitais e hotéis, o artigo 125 coloca que tem que se manter o uso,  
275 não se pode fazer alteração de uso se foi obtido benefícios para aquele uso, se a  
276 alteração for feita terá que ter uma sanção em função disso. Sobre as questões  
277 levantadas pelo Conselheiro José Raimundo do Sacramento quanto ao incremento do  
278 número de vagas, ressaltou que não tem uma relação direta com a inviabilização da  
279 habitação de interesse social nestas áreas porque se o mercado já ia produzir uma HIS  
280 ali, ele vai fazer isso se o terreno reunir condições econômicas de aproveitamento, e  
281 isso não altera nada a quota de solidariedade, não altera em nada regramento de  
282 ZEIS, então não tem uma correlação direta do número de vagas com a inviabilização  
283 de construção de habitação de interesse social, sendo uma associação totalmente  
284 descabível. Com relação à classificação da via ressaltou que não se tem mais  
285 dispositivos de regulação do uso do solo que eles dependam da classificação da via,  
286 existia na lei anterior, nesta lei não existe mais. Esclarecendo, ainda, ponderou que a  
287 CET trabalha com uma classificação de via que é do Código Nacional de Trânsito para  
288 fins operacionais da gestão do tráfego da cidade e existe esta classificação N1, N2 e  
289 N3 que foi criada para gestão do uso do solo, mas hoje não se tem mais nenhum  
290 regramento relacionado a classificação da via. Sobre a questão dos pequenos lotes na  
291 região periférica enfatizou que entrou uma emenda que foi incorporada ao próprio  
292 substitutivo que se refere ao incentivo de área não computável em lotes pequenos, nas  
293 macroáreas de redução da vulnerabilidade e recuperação ambiental, com 50% de área  
294 não computável nestas áreas, sendo uma forma dessa irregularidade que existe na  
295 região periférica de conseguir se regularizar. Com relação a Operação Urbana quanto  
296 ao perímetro ampliado, ressaltou que se trata de uma desinformação muito grande  
297 feita pela imprensa. Sobre a questão explicou, ainda, que os mapas continham o  
298 perímetro das macroáreas, principalmente da macroárea de estruturação  
299 metropolitana, porque dentro das macroáreas não valem as regras de eixo, então na  
300 legenda sempre continha o perímetro da macroárea, e os perímetros das operações  
301 urbanas foram colocados no começo das discussões para demonstrar a área de





PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

302 operação urbana em caráter subsidiário para ajudar a ver o perímetro. Ele estava  
303 demarcado de forma errada porque estava adotando a área da macroárea como  
304 perímetro da operação urbana, e a macroárea tem diferenças em relação ao perímetro  
305 da operação urbana, isso gerou uma confusão nas pessoas achando que o PL estava  
306 aumentando a área de operação urbana, então simplesmente o perímetro foi retirado  
307 do mapa porque ele tinha um caráter de apoio, não procedendo à informação sobre o  
308 perímetro ampliado. Com relação aos questionamentos apontados pelo Conselheiro  
309 Paulo Machado Lisbôa Filho, explicou, recordando que a Câmara votou o substitutivo e  
310 as emendas, sendo 22 emendas incorporadas de mapas e textos, já foi publicado e  
311 enviado ao prefeito para sanção, que é o material oficial que se tem, e pode ser  
312 disponibilizado com a apresentação que foi feita no portal da gestão urbana, mas no  
313 GeoSampa dez dias após a promulgação pelo Prefeito, substituindo com a camada do  
314 zoneamento novo o existente. Ressaltou, ainda, com relação ao prazo para sanção da  
315 lei, que ainda durante o mês se terá a lei sancionada. Quanto à pergunta sobre a ZPR,  
316 observou que se esqueceu de citar uma emenda que majora o gabarito em ZCOR 2 e  
317 3, não é em ZPR, e ela majora em 50% e se pode chegar a 15 metros desde que se  
318 tenha a anuência dos proprietários limítrofes e não incidam as regras mais restritivas  
319 quando as restrições convencionais e contratuais do loteamento assim o dispuserem e  
320 se tem que obedecer as tipologias permitidas no quadro 4. Já com relação à quota  
321 ambiental nesse período, ainda, não se tem uma massa crítica para já imputar  
322 soluções tecnológicas e construtivas novas para compor a pontuação mínima, para  
323 tanto tem de se disparar um trabalho em paralelo para fazer uma lei específica daqui a  
324 dois anos incorporando que parâmetros são esses e como colocá-los com os outros  
325 que já existem. Ao Conselheiro Anderson Stancov Fonseca sugeriu quanto à favela de  
326 Vila Prudente consultar o mapa que foi aprovado, mas ressaltou que essa foi uma  
327 mudança que aconteceu na Câmara na etapa final, mas não sabe precisar a origem.  
328 Para a Conselheira Adriana Blay Levisky respondeu sobre a regulamentação da lei que  
329 já se tem um grupo de trabalho para fazer o decreto de usos, que tratará de uma série  
330 de coisas, onde vai casar todas as atividades com os grupos de atividades e vai  
331 correlacionar com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, e talvez  
332 se identifiquem outros decretos necessários. Ressaltou que o prazo máximo para o  
333 Decreto de uso é de 180 dias, e por parte da Secretaria quer se fazer neste prazo ou  
334 em menor tempo, colocando a minuta de decreto, como prática, em uma consulta  
335 pública antes de se fazer sua aprovação direta. Quanto à previsão do alargamento do  
336 passeio público em ZEIS, ZM, ela se dá por uma preocupação de não se ficar só  
337 restrito na ZEU, e de fato na ZC se abre a possibilidade de ser obrigatório em lotes  
338 superiores a 2500m<sup>2</sup>. Respondendo a questão do instrumento de transferência de  
339 potencial envolvendo imóvel tombado, destacou que a política pública precisa garantir  
340 a preservação cultural e ambiental, então a ideia foi justamente de tomar cuidado com  
341 o objetivo central, de que é de se garantir a preservação cultural. E por fim, sobre o  
342 teatro, entendeu a questão de fiscalização e estímulo, mas não se viu essa  
343 necessidade, pois o instrumento da APC na área de preservação cultural busca mais o  
344 espírito de reconhecer e valorizar os cinemas e teatros que estão localizados em



Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

345 algumas áreas, abrindo a possibilidade de transferência e outros incentivos, então  
346 parece que a APC da mais conta do que se generalizar o incentivo de teatro na cidade.  
347 Finalizou o ciclo respondendo aos questionamentos feitos pela Conselheira Cibele  
348 Martins Sampaio, quanto à emenda em ZCOR pontual em ZER para um único  
349 proprietário, esclareceu que ao longo do processo do executivo não foram feitas  
350 mudanças pontuais, e que teve de fato no processo participativo alguns erros, então  
351 houve alguns ajustes da demarcação de ZCOR em lotes específico, tanto de ampliação  
352 como redução de ZCOR, mas ela não foi pela lógica do proprietário, e sim pela lógica  
353 do lote avançar ou não avançar, esta análise sempre foi feita pela SMDU. **17)** O  
354 Secretário Executivo abriu o segundo ciclo debates, passando a palavra ao plenário,  
355 reforçando que o tempo seria de três minutos. **18)** O Conselheiro Roberto de Castro  
356 Mello do SETOR EMPRESARIAL, informando que terá que se ausentar, ressaltou que  
357 não entendeu a questão de sobreposição quando tem a macrozona de estruturação  
358 urbana e a área de operação urbana, especificamente, por exemplo, no caso da Água  
359 Espreada que tem lá toda a demarcação a algumas sobreposições de ZEIS, de novas  
360 zonas da nova lei de zoneamento, e perguntou o que efetivamente vale, se a lei de  
361 operação urbana é integral e esta valendo ou pode usar uma ou outra, e como esta  
362 funcionando esta sobreposição de zoneamento. **19)** O Secretário de Desenvolvimento  
363 Urbano, Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, esclareceu que a lei da operação  
364 urbana é soberana. **20)** A Conselheira Adriana Blay Levisky (ASBEA) do SETOR  
365 EMPRESARIAL com uma dúvida em relação a questão do parcelamento quanto ao  
366 entendimento da aplicação do parcelamento quando se estabelece lote máximo e  
367 frente máxima quando existir lotes menores com frente eventualmente maiores e  
368 talvez com dificuldades de construção na quadra de vias públicas, perguntou se se  
369 entende que a via de pedestre como via pública ou se a fruição caberia como papel  
370 para essa função urbanística no caso da combinação das duas características frente  
371 máximo e lote máximo. **21)** O Conselheiro Benedito Roberto Barbosa do CONSELHO  
372 MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH alegando meia culpa com os movimentos populares  
373 que tiveram um acompanhamento muito ruim no processo de aprovação da lei de  
374 zoneamento, realça que é evidente depois as perdas, como a questão levantada pelo  
375 Conselheiro Anderson Stancov Fonseca quanto a ZEIS de Vila Prudente, que teve uma  
376 disputa intensa, inclusive dentro da operação urbana Tamanduateí, do lado da favela  
377 da Vila Prudente, aquela área antiga da SABESP, e que era uma das poucas  
378 esperanças que se tinha de se ter um projeto de habitação do lado da favela da Vila  
379 Prudente, que poderia contemplar e atender praticamente toda a favela e agora se  
380 perdeu essa ZEIS. O conselheiro pediu ainda que fosse disponibilizado todo o material,  
381 para que se pudesse ter essa informação antes, inclusive, da publicação no site da  
382 gestão urbana. **22)** A Conselheira Angela Maria Calábria do CONSELHO  
383 PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO LESTE 1), teve dúvida com relação a  
384 construção de igreja ou construções maiores em rua de até dez metros de largura, e  
385 solicitou detalhes sobre o tema, alegando ser necessário a consulta a moradores e ter  
386 restrições a esse uso, como no caso de rua sem saída que a anuência tem de ser de  
387 100% dos moradores ou se tiver saída que haja anuência de boa parte dos moradores.





PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

388 **23)** O Conselheiro Paulo Machado Lisboa Filho (CBCS) representante das  
389 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS, tem uma dúvida sobre a lei que  
390 trata de alvará de funcionamento condicionado que vence no mês de março, se vai  
391 haver uma extensão, na medida que a cidade vai ter novas regras com relação a  
392 questão da lei de uso e ocupação do solo e ainda existem usos que estão em imóveis  
393 irregulares, pergunta portanto se existe a possibilidade de prorrogação dessa lei ou  
394 que esta sendo pensada esta questão específica que aflige a uma população imensa  
395 na cidade. **24)** A Conselheira Aparecida Regina Lopes Monteiro (CIRANDA) das  
396 ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS, ressaltou que o Diretor do Departamento de Uso do Solo  
397 (DEUSO), Daniel Todtmann Montandon, mesmo com as divergências recebeu a  
398 associação em todos os momentos que foi solicitado em todo o processo, onde houve  
399 mútuo convencimento sobre muitas coisas, porém na Câmara apareceram emendas de  
400 última hora, vários casos, mas se reportou a uma emenda específica que se refere a  
401 emenda que diz: “Fica incluída como ZECOR 2 a Rua da Prata entre a Avenida  
402 Professor Vicente Rao e Rua do Meson”, publicada no D.O.C. de 25 de fevereiro de  
403 2016. Após relatar qual é o caso, solicitou ao Secretário que peça ao Prefeito para  
404 vetar essa emenda, pois entende não ter cabimento mudar lote pontual. **25)** O  
405 Secretário Executivo, após verificar que não tem mais nenhum inscrito, encerra a  
406 segunda e última rodada de questionamentos passa a palavra ao Diretor do  
407 Departamento de Uso do Solo (DEUSO), Daniel Todtmann Montandon, que começou  
408 complementando o esclarecimento dado pelo O Secretário de Desenvolvimento  
409 Urbano, Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, quanto ao questionado pelo  
410 Conselheiro Roberto de Castro Mello sobre sobreposição das zonas, ponderando que  
411 não existe conflito entre a regra do Plano Diretor, da lei nova e da Operação Urbana,  
412 cada uma esta regradando uma coisa. Quanto ao questionamento formulado pela  
413 Conselheira Adriana Blay Levisky esclareceu que lote máximo e frente máxima deve se  
414 atender as duas coisas, que não pode ser um ou outro, pois um tem a haver com  
415 proporção e outro com extensão, portanto, se aplica os dois. Ao Conselheiro Benedito  
416 Roberto Barbosa foi esclarecido que não se sabe precisar a motivação, mas que o  
417 mapa foi consolidado com as emendas, e seu entendimento não seria possível fazer  
418 veto de emenda, porque o texto veio consolidado com adições de texto e de mapas, e  
419 que não seria possível fazer veto parcial de texto ou de mapa. Quanto à questão  
420 abordada pela Conselheira Angela Maria Calábria sobre locais de culto com largura  
421 inferior a dez metros esclareceu que é possível se regularizar nestas áreas e também  
422 os empreendimentos de baixo risco, ressaltou que o que é baixo risco tem diretrizes na  
423 lei que vão balizar a classificação de empreendimentos de baixo risco no decreto de  
424 uso. Observou, ainda, que esse baixo risco vem de uma lei federal que estabelece que  
425 empreendimentos de baixo risco devam ser incentivados na regulação do uso do solo e  
426 assim por diante. Já sobre a questão levantada pelo Conselheiro Paulo Machado Lisboa  
427 Filho esclareceu que o alvará condicionado não terá prorrogação e que esse elemento  
428 não existe na proposta, lembrando que os protocolos em andamento têm suas regras  
429 de permanência e direito adquirido. E por fim respondeu a questão abordada pela  
430 Conselheira Aparecida Regina Lopes Monteiro ponderando que a emenda foi escrita,



Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

431 elaborada e lida em plenário e é uma questão específica do legislativo, ressaltou,  
432 ainda, que o que explicou anteriormente serve como a lógica que a SMDU adotou para  
433 tratar as questões de um lote A ou B, destacando que no seu entendimento não seja  
434 possível fazer veto parcial das emendas. **Encerramento:** O Secretário de  
435 Desenvolvimento Urbano, Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco, iniciou suas  
436 considerações finais ressaltando que o Conselho não é homogêneo, mas que uma  
437 coisa é certa, foi conversado todos com todos, e esse projeto de lei resulta desse  
438 processo de conversa, de pactuação legítima, em que pese que haja inúmeras  
439 insatisfações por várias partes, mas é fruto de uma conversa e que se esta  
440 aprimorando esse processo democrático de construção dos rumos de desenvolvimento  
441 da cidade. Destacou também a quantidade de emendas propostas, enfatizando que  
442 apenas 22 foram acatadas e aprovadas. Afirmando ser positivo, e de se tentar de fato  
443 construir e sacramentar na lei e nos decretos aquilo que realmente foi conversado e  
444 pactuado pela sociedade. Também deixou claro o compromisso da gestão Haddad na  
445 sanção da lei e regulamentação com a maior celeridade possível. Ressaltou que o  
446 resultado foi muito positivo e que a lei é muito boa para cidade. Ponderou que o marco  
447 regulatório traz avanço do ponto de vista técnico administrativo de simplificação e que  
448 se garantiu o zoneamento a partir de diretrizes sacramentadas pelo plano diretor e que  
449 ele atende a possibilidade de aprofundamento e fortalecimento dos instrumentos de  
450 condução da política urbana como um todo. Enfatizou a relação muito profícua com a  
451 comissão de política urbana da Câmara, parabenizando a conduta do presidente e do  
452 relator. Parabenizou, também, toda sua equipe da SMDU e da SP-Urbanismo,  
453 ressaltando que o zoneamento não foi feito apenas pela sua equipe, mas por todas as  
454 equipes da prefeitura que tiveram total participação, inclusive dos conselheiros do  
455 CMPU pelos segmentos que representam. Destacou que agora que o marco regulatório  
456 esta encaminhado quer trazer para o Conselho outro debate para aprofundamento que  
457 se refere às ações efetivas, os projetos de transformação factual da cidade, passando  
458 a ser prioridade e se aproximando de uma demanda muito legítima por parte de toda a  
459 população de que os processos de planejamento e de formulação de políticas públicas  
460 se aproximem cada vez mais da esfera local de onde se vive e tem as atividades  
461 diretamente relacionadas. E por fim, comemorando isto que é um grande feito para  
462 que a aprovação e a construção da sinergia das peças de revisão do marco regulatório  
463 da política urbana do município de São Paulo, agradeceu a todo colegiado, encerrando  
464 a reunião às 12h14m. A reunião foi secretariada por Guilherme Pedroso Nascimento  
465 Nafalski, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU que  
466 juntamente com Paulo César Sperduti, Assessor Técnico II da Secretaria Executiva dos  
467 Órgãos Colegiados – SEOC, lavraram a presente ata.

**PRESIDÊNCIA**

  
FERNANDO DE MELLO FRANCO  
PRESIDENTE

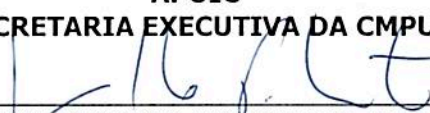





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**APOIO  
SECRETARIA EXECUTIVA DA CMPU**

  
GUILHERME PEDROSO NASCIMENTO NAFALSKI  
SECRETÁRIO EXECUTIVO

**SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SEOC**

  
PAULO CESAR SPERDUTI  
ASSESSOR TÉCNICO II

**ENTIDADES PRESENTES**

**ORGÃOS MUNICIPAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU**

  
NURIA PARDILLOS VIEIRA  
TITULAR 1

  
TOMAS CORTEZ WISEMBACH  
SUPLENTE 1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU**

  
DANIEL TODTMANN MONTANDON  
TITULAR 2

  
CAMILA NASTARI FERNANDES  
SUPLENTE 2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG**

  
IVY MAYUMI DE MORAES  
TITULAR





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

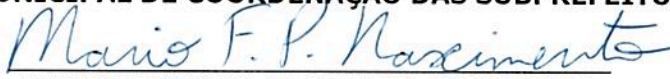
Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF**



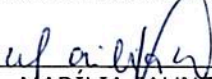
DIOGO DE TULLIO VASCONCELOS  
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS – SMSP**



MARIO FERNANDO PETRILLI DO NASCIMENTO  
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC**



MARÍLIA JAHNÉL DE OLIVEIRA  
TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT**



IVETE PONTES ODDONE  
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB**

\_\_\_\_\_  
SÔNIA TEICO YAMADA  
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA**

\_\_\_\_\_  
HÉLIA MARIA SANTA BÁRBARA PEREIRA  
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES**

  
\_\_\_\_\_  
CILENE SILVA FERNANDES  
SUPLENTE






**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E  
EMPREENDEDORISMO – SDTE**

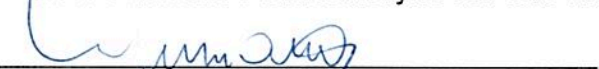
  
\_\_\_\_\_  
JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA  
SUPLENTE

**SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO**

  
\_\_\_\_\_  
PATRICIA SARAN  
TITULAR

  
\_\_\_\_\_  
GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES  
SUPLENTE

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB**

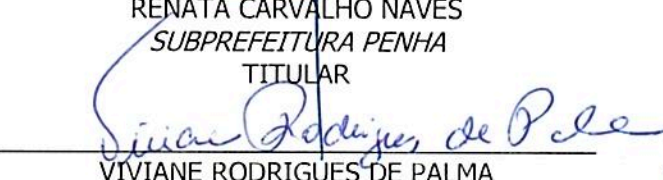
  
\_\_\_\_\_  
WAGNER GERMANO  
TITULAR

**SUBPREFEITURA  
MACRORREGIÃO NORTE 2**

  
\_\_\_\_\_  
CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM  
SUBPREFEITURA PIRITUBA/JARAGUÁ  
TITULAR

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

  
\_\_\_\_\_  
RENATA CARVALHO NAVES  
SUBPREFEITURA PENHA  
TITULAR

  
\_\_\_\_\_  
VIVIANE RODRIGUES DE PALMA  
SUBPREFEITURA PENHA  
SUPLENTE





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CPMU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**MACRORREGIÃO SUL 2**

  
CARLOS HENRIQUE NUNES CABRAL  
SUBPREFEITURA SANTO AMARO  
TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL  
MACRORREGIÃO NORTE 1**

  
IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS  
SUBPREFEITURA VILA MARIA/VILA GUILHERME  
SUPLENTE

**MACRORREGIÃO OESTE**

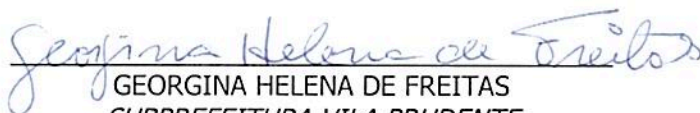
  
MAURO SÉRGIO PROCÓPIO CALLIARI  
SUBPREFEITURA PINHEIROS  
SUPLENTE

**MACRORREGIÃO CENTRO**

  
ARTUR MONTEIRO ROÇADO  
SUBPREFEITURA SÉ  
SUPLENTE

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

  
ANGELA MARIA CALÁBRIA  
SUBPREFEITURA PENHA  
TITULAR

  
GEORGINA HELENA DE FREITAS  
SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE  
SUPLENTE





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**MACRORREGIÃO LESTE 2**

  
LEONARDO MEDEIROS E SILVA  
SUBPREFEITURA ITAIM PAULISTA  
TITULAR

**MACRORREGIÃO SUL 1**

HÉLIO HIGUCHI  
SUBPREFEITURA VILA MARIANA  
TITULAR

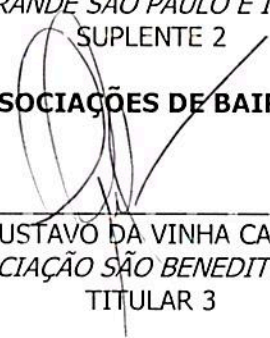
**MACRORREGIÃO SUL 2**

  
DEISE LUCI BONOME  
SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO  
SUPLENTE

**MOVIMENTOS DE MORADIA**

ANDERSON STANCOV FONSECA  
UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA  
DA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR  
SUPLENTE 2

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS**

  
PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO  
ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO LEGAL  
TITULAR 3

APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO  
CIRANDA  
TITULAR 4





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

CIBELE MARTINS SAMPAIO  
CIRANDA  
SUPLENTE 4

**SETOR EMPRESARIAL**

RICARDO YAZBEK  
SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA,  
VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO - SECovi  
TITULAR 1

ROBERTO DE CASTRO MELLO  
SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS  
ARQUITETURA E ENGENHARIA  
CONSULTORIA - SINAENCO  
TITULAR 3

ADRIANA BLAY LEVISKY  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS  
DE ARQUITETURA - ASBEA  
SUPLENTE 3

ANDY ALEXANDRE GRUBER  
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS,  
SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO – FECOMÉRCIO-SP  
TITULAR 4

CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN  
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP  
SUPLENTE 4

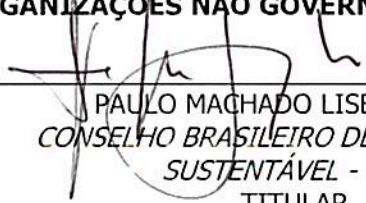




**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO


Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGS**

  
\_\_\_\_\_  
PAULO MACHADO LISBÔA FILHO  
CONSELHO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO  
SUSTENTÁVEL - CBCS  
TITULAR

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS  
À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

\_\_\_\_\_  
JACOBINA ALBU VAISMAN  
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL  
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO - IABSP  
TITULAR

  
\_\_\_\_\_  
RENATA SEMIN  
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL  
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO - IABSP  
SUPLENTE

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

  
\_\_\_\_\_  
GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD  
INSTITUTO MOBILIDADE VERDE  
SUPLENTE 1

**ENTIDADES RELIGIOSAS**

  
\_\_\_\_\_  
IRENE DA CONCEIÇÃO DE BRITO  
MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO  
TITULAR





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
PARTICIPATIVOS – CPOP**

\_\_\_\_\_  
JOSÉ RAIMUNDO DO SACRAMENTO  
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL  
DE CAMPO LIMPO  
TITULAR

**CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH**

\_\_\_\_\_  
BENEDITO ROBERTO BARBOSA  
ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA  
DA REGIÃO SUDESTE  
TITULAR

**ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS  
SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO**

*at*  
\_\_\_\_\_  
JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO  
TITULAR

**SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**

\_\_\_\_\_  
LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES  
TITULAR

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC**

*W*  
\_\_\_\_\_  
SANDRA TEIXEIRA MALVESE  
SUPLENTE





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG**

SUPLENTE: FELIPE TEIXEIRA GONÇALVES

**SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO – SGM**

TITULAR: FRANCISCO MACENA DA SILVA

SUPLENTE: VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA

**SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ**

TITULAR: EDUARDO MIKALOUSKAS

SUPLENTE: FLÁVIA XAVIER ANNENBERG

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF**

SUPLENTE: DIOGO DE TULLIO VASCONCELOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL**

TITULAR: PAULA MARIA MOTTA LARA

SUPLENTE: MIGUEL BIAZZO NETO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS – SMSP**

TITULAR: PRISCILLA TIBA HASHIMOTO (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC**

SUPLENTE: FERNANDA ARAÚJO DE ALMEIDA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB**

TITULAR: MÁRCIA MARIA FARTOS TERLIZZI

SUPLENTE: ANGELO SALVADOR FILARDO JUNIOR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT**

TITULAR: HELOISA HELENA DE MELLO MARTINS

**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB**

TITULAR: PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA**

TITULAR: ROMILDO DE PINHO CAMPELLO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES**

TITULAR: JOSE ALBERTO SERRA ALMEIDA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC**

TITULAR: NABIL GEORGES BONDUKI

SUPLENTE: NADIA SOMEKH

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E  
EMPREENDEDORISMO – SDTE**

TITULAR: DARLENE APARECIDA TESTA

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB**

SUPLENTE: CELSO APARECIDO SAMPAIO

**SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO**

**NORTE 1**

TITULAR: CARLOS ROBERTO CANDELLA

SUPLENTE: GILBERTO ROSSI

**NORTE 2**

SUPLENTE: OLGA MARIA DE ALMEIDA BRANDÃO LOPES PEREIRA





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**OESTE**

TITULAR: ADRIANA ROLIM DE CAMARGO  
SUPLENTE: ELMA GOMES DE OLIVEIRA

**CENTRO**

TITULAR: GILMAR TADEU RIBEIRO ALVES  
SUPLENTE: MARCOS ROBERTO EMÍLIO

**LESTE 2**

TITULAR: PRISCILA RODRIGUES MARTINS DA SILVA BIROLO  
SUPLENTE: THALLES MARCIUS DE MORAIS

**SUL 1**

TITULAR: JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)  
SUPLENTE: ELDER VIEIRA DOS SANTOS

**SUL 2**

SUPLENTE: CLAUDIMAR MOREIRA DIAS

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO**

**NORTE 1**

TITULAR: JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES

**NORTE 2**

TITULAR: MARCOS SEIKE TERUYA  
SUPLENTE: CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO

**OESTE**

TITULAR: PAULO CESAR MALUF

**CENTRO**

TITULAR: HELENA LADEIRA WERNECK

**LESTE 2**

SUPLENTE: RICARDO SAMPAIO GONÇALVES

**SUL 1**

SUPLENTE: JÂNIO RIBEIRO COUTINHO

**SUL 2**

TITULAR: OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA

**MOVIMENTOS DE MORADIA**

TITULAR 1: EVANIZA LOPES RODRIGUES  
SUPLENTE 1: MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA  
TITULAR 2: MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA  
TITULAR 3: CARMEN DA SILVA FERREIRA  
SUPLENTE 3: ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA  
TITULAR 4: VERA LÚCIA DIAS PADILHA  
SUPLENTE 4: NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS**

TITULAR 1: SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)  
SUPLENTE 1: NELSON TERRA BARTH (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)  
TITULAR 2: HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI  
SUPLENTE 2: GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

SUPLENTE 3: A SER INDICADO

**SETOR EMPRESARIAL**

SUPLENTE 1: ALEXANDRE MARQUES TIRELLI

TITULAR 2: ODAIR GARCIA SENRA (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

SUPLENTE 2: ANTONIO LUIZ POLVERINI FILHO

**ENTIDADES SINDICAIS**

TITULAR: KARINA OLIVEIRA LEITÃO

SUPLENTE: A SER INDICADO

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs**

SUPLENTE: DIANA CSILLAG

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE  
PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

TITULAR 1: VALTER LUÍS CALDANA JUNIOR

SUPLENTE 1: DENISE ANTONUCCI

TITULAR 2: RAQUEL ROLNIK (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

SUPLENTE 2: EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

TITULAR 1: LINCOLN PAIVA

TITULAR 2: A SER INDICADO

SUPLENTE 2: A SER INDICADO

**MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**

TITULAR: CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA

SUPLENTE: THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO

**MOVIMENTOS CULTURAIS**

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

**ENTIDADES RELIGIOSAS**

SUPLENTE: LAURENTINA DA SILVA

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL – CADES**

TITULAR: ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

SUPLENTE: GEORGE DOI (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
PARTICIPATIVOS – CPOP**

SUPLENTE: ELISÂNGELA CRISTINA FLAVIO

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT**

TITULAR: SINÉSIO GOBBO

SUPLENTE: ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA

**CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH**

SUPLENTE: MARIA ISABEL NOBRE DE SOUZA CABRAL

**SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO**

SUPLENTE: ELISABETE FRANÇA

**SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS**





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO

Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU  
**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

TITULAR: MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO

SUPLENTE: MARINA BOLDO LISBOA

**SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

TITULAR: GIL KUCHEMUCK SCATENA

SUPLENTE: MÁRCIA RENATA IANI

**SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**

SUPLENTE: MARISTELA APARECIDA HESPANHOL

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC**

TITULAR: CLÁUDIA VIRGÍNIA CABRAL DE SOUZA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA  
GRANDE SÃO PAULO – CONISUD**

TITULAR: CLÓVIS DA SILVA PINTO

SUPLENTE: MARCOS DE SOUZA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI –  
CIMBAJU**

TITULAR: EDISON PAVÃO JUNIOR

SUPLENTE: ISIS BUENO

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP –  
CIOESTE**

TITULAR: CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO

SUPLENTE: ANTONIO SILVESTRE LEITE

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ –  
CONDEMAT**

TITULAR: MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI

SUPLENTE: AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA